

RESENHA DE ESTUDOS SOBRE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

(Review of Studies on Heritage Education)

RESUMO

O presente trabalho corresponde ao exercício acadêmico de leitura e divulgação de três obras didáticas sobre Educação Patrimonial. Trata-se de um registro experimental criado em um projeto de graduação do Curso de Licenciatura em Geografia da UFC, que proporcionou, no primeiro semestre de 2013, a compreensão prática das comemorações dos 50 anos do curso. O objetivo desta seleção foi verificar de que maneira estão sendo tratados os diversos percursos da valorização do patrimônio, na educação básica e superior. Neste sentido, a busca de uma abordagem cultural incentive a aprendizagem da geografia a servir-se do diálogo interdisciplinar, põe em prática uma referência básica do ato educativo, lembrado pela professora Maria Horta: há que se educar o olhar e observação da criança para que possamos aprender como nos apropriar do valor (ambiental e cultural) herdado dos nossos antepassados.

Marcos da Silva Rocha

Bolsista de Monitoria
de Projeto na Graduação
Universidade Federal do Ceará - UFC
marcos.rocha@hotmail.com.br

Palavras-chave: Livros, Educação Patrimonial, Cultura, Valorização.

ABSTRACT

This work corresponds to the academic year of reading and disseminating three textbooks on heritage education. This is an experimental record created in a project Graduation Degree in Geography from the UFC, which provided, in the first half of 2013, a practical understanding of the celebrations of the 50 years of the course. The purpose of this selection was to verify how they are being treated the various pathways of the appreciation of equity in basic and higher education. In this sense, the search for a cultural approach encourages the learning of geography to serve the interdisciplinary dialogue, implement a basic reference of the educational act, remembered by Professor Maria Horta: we must educate the eye and observation of the child so that can learn how to settle in the (environmental and cultural) value inherited from our ancestors.

Kaline da Silva Moreira

Bolsista de Monitoria
de Projeto na Graduação
Universidade Federal do Ceará - UFC
kalynemoreira@hotmail.com.br

Larissa Carlos da Costa

Bolsista de Monitoria
de Projeto na Graduação
Universidade Federal do Ceará - UFC
larissacarloscosta@gmail.com.br

Keywords: Books, Heritage Education, Culture, Valuation

INTRODUÇÃO

No mundo hoje existe uma grande problemática em relação ao ensino em todos os níveis, fundamental, médio e superior. No Brasil, encontramos um déficit de 254 mil professores e que deve se agravar ainda mais com as aposentadorias dos que estão na ativa, no caso, 55,1% dos docentes brasileiros têm mais de 30 anos, segundo a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação - CNTE (Fonte: ministério da educação: www.ministeriodaeducacao.gov.br). Além de existir em todo o país lugares que não conseguem professores de algumas disciplinas como química ou geografia.

Na teoria, existe em todo o Brasil, uma grande quantidade de professores capazes de ensinar de forma satisfatória as crianças e os jovens da nossa sociedade, no entanto, na prática, muito menos que a metade de nossos jovens não consegue chegar a fazer um curso universitário. Será deficiência do sistema educacional do país? Desqualificação dos nossos professores? Ou a falta de interesse dos nossos jovens em estudar e aprender?

De fato, todas estas perguntas possuem um pouco de culpa em relação à problemática do ensino no Brasil. Mas não se pode culpar uma parte do sistema, se este é feito a partir de um conjunto de fatores que constituem a educação brasileira. Entretanto, se faz necessário analisar e tentar diagnosticar os problemas da educação para esta passar a lançar apoio para a melhoria do ensino no país, e esta análise deve ser feita primeiramente com os professores, na busca de descobrir qual o seu verdadeiro papel na educação e como este está desenvolvendo suas habilidades de professor em sala de aula.

O bom ensino se apresenta em muitas variedades, que podem ser vistas facilmente ao observar os estilos pedagógicos diferentes de todos os professores. No entanto, ensinar é muito mais que apenas transmitir informação. Assim como aprender é mais do que apenas absorver o que foi ensinado. Um professor bem sucedido deve ser capaz de se ajustar a uma larga variedade de estudantes, o que significa se ajustar a experiências diferentes, conhecendo estilos e atitudes para aprender, inclusive insegurança, excesso de confiança, ansiedade, preconceito, falta de motivação, medos (TEIXEIRA, 1973).

Através dos tempos, o professor se tornou o detentor de um inegável poder e aprendeu a responsabilizar seus alunos pelo fracasso do processo de ensino-aprendizagem. Nesta condição, quando o aluno não aprende, a culpa é sempre do aluno, nunca do professor que é sábio e autoridade na matéria lecionada. Se um grupo de alunos não obtém rendimento satisfatório é porque são relapsos e não estudaram o suficiente para serem aprovados. Existem casos em que a metade da turma é reprovada e isso é encarado com toda a naturalidade pela comunidade escolar. Quando muito, dizem que o professor que reprova muitos alunos é “*durão*”. Alguns professores sentem-se, inclusive, orgulhosos desta condição (BELLO, 1993).

Talvez a verdadeira razão para que o ensino esteja em baixa, é que os jovens tiveram maus professores, incapazes de motivá-los e de transformar o “aprender” em algo prazeroso. O professor completo é aquele que é também educador, que sente prazer em provocar aprendizagem. (TEIXEIRA, 1973).

Os objetivos desta pesquisa foram investigar a profissão do professor de geografia de um curso universitário, partindo da seguinte questão: Como o professor de geografia desenvolve suas práticas e qual o seu papel na sociedade atual? Foram analisados os problemas e as possibilidades do professor desenvolver suas ações docentes na universidade e na sociedade, sua prática no contexto ensino-aprendizagem, como o mesmo

se comunica e estimula seus alunos e buscamos identificar o motivo que leva o indivíduo a ingressar e permanecer na carreira do magistério.

Neste trabalho foram realizadas visitas a universidade escolhida com o intuito de observar sua dinâmica no cotidiano e sua proposta pedagógica e educacional. Foram feitas entrevistas com professores e observação dos mesmos em sala de aula e questionários com alunos a respeito da universidade e da relação professor-aluno, que serviram como base para se entender a importância do professor na sociedade atual. A identidade dos professores e alunos que participaram da pesquisa foi mantida em sigilo para melhor explanação da temática.

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: TEORIA E PRÁTICA. [SOARES, A. L.R; KIAMT, S.C. (orgs.). Santa Maria: Editora UFSM, 2008]

Durante a apresentação da obra os autores se preocupam em conceituar Educação Patrimonial e dizer de que forma é feita a caracterização de seu trabalho formativo. Apresentam caminhos metodológicos e seus campos de estudo; bem como os objetos de pesquisas concernentes as suas áreas temáticas. O objetivo desta obra é mostrar as práticas educativas que foram desenvolvidas em escolas e que possam servir de motivação para reflexões mais profundas sobre o papel pedagógico dos bens culturais. O campo temático dos artigos está diretamente articulado às ações de tratamento e conservação do patrimônio ambiental e arqueológico, de sítios que demandam a sensibilidade das comunidades entorno.

Nos primeiros capítulos do estudo, questões fundamentais são discutidas, como por exemplo, os conceitos e a origem de palavras como: patrimônio, bem material e imaterial, herança, entre outras. Estas questões epistemológicas e etimológicas são extremamente importantes a quem se interessa pelo tema, pois servem como um subsídio teórico para quem desenvolve trabalhos nesta área.

O Brasil é exemplo de um país onde a Educação Patrimonial ainda não é tratada com a devida importância, pois até em cidades ditas como Patrimônio Histórico da Humanidade, ainda existem casos de degradação dos bens patrimoniais. Além deste descaso e degradação, as cidades tidas como representativas do período Colonial brasileiro convivem a violência do furto de suas relíquias, muitas vezes naturalizada pela inoperância das administrações locais. Alguns dos artigos lembram também que outro problema gravíssimo é o fato das elites dominantes imporem a narrativa histórica que lhes convém, sem deixar margem a valores e práticas de distintos grupos sociais. Desta maneira, a história brasileira tende a ser a “versão” destas elites. O que permite desenhar conjuntos de bens relativamente homogêneos; imagens da preservação dos interesses das mesmas elites em diferentes regiões do país. Enquanto os bens culturais, materiais e imateriais, dos menos favorecidos socialmente são entregues a completa degradação.

A Educação Patrimonial tem papel fundamental construção, conservação e ampliação das identidades de um povo. Os estudos apresentados permitem compreender os limites da ideia de “resgate cultural” de bens materiais e imateriais, como também na recuperação da autoestima de comunidades tradicionais. Por isso ela deve ser trabalhada para que as pessoas se identifiquem de maneira significativa e venham a conservar seu patrimônio coletivo. Conforme as palavras de Aloísio Magalhães (apud CAMPOS, 2005, p. 159) “a

comunidade é a melhor guardiã de seu patrimônio. Só se preserva aquilo que se ama e só se ama aquilo que se conhece.”.

Os trabalhos descritos nesta obra estão pautados na ação escolar da educação frente ao patrimônio. Alguns estudos resultam da aplicação de propostas junto a estudantes do Ensino Fundamental, visando conhecer na prática como ocorre o processo de formação consciente e reflexiva que é um dos objetivos da Educação Patrimonial. Embora em alguns dos projetos apresentados no livro a temática seja a Arqueologia e os projetos realizados são de teor informativo, desenvolvidos pelos pesquisadores nas comunidades que se localizam nas proximidades dos sítios arqueológicos. Logo. Tais trabalhos, em muitos dos casos, são inspirados em um desenho metodológico que a historiadora Maria de Lourdes Parreiras Horta et al. (1999, p.10) delimita em quatro etapas a serem de desenvolvimento. A saber:

1- Observação: Consiste em um exercício sensorial e de percepção visual do bem cultural estudado, este é o momento de fazer primeiras observações, análises menos criteriosas, tem como objetivo principal “interrogar” previamente o bem cultural a ser estudado. Em suma, esta primeira etapa tem por objetivo a identificação do bem cultural, sua função e significado.

2- Registro: Para que o educando obtenha a fixação do conhecimento aprendido, neste momento aprofunda-se a observação e a análise crítica. O educando deve registrar as informações que ele extraiu da fonte primária de conhecimento, o bem cultural estudado. Desenvolve-se também no educando a memória, o pensamento lógico, intuitivo e operacional. Esta etapa pode ser desenvolvida de muitas formas, além da exposição oral o educador pode pedir aos estudantes que, por exemplo, desenhem o que observaram e elaborem um relatório, também poderão fazer gráficos, fotografias, maquetes, entre outras atividades. Cabe ao professor selecioná-las e adequá-las às possibilidades de cada escola.

3- Exploração: Como o próprio nome da etapa sugere, o educando deverá explorar questionamentos mais profundos acerca do bem cultural; como também pesquisar em outras fontes para fazer a fusão do conhecimento apreendido de fontes primárias com o conhecimento científico produzido previamente. Motivando a pesquisa, pois o educando deverá buscar outras fontes, tais como, bibliotecas, enciclopédias, Internet, arquivos, jornais, revistas, entre outros meios. Além da pesquisa, o julgamento crítico e as capacidades de análise também são desenvolvidos nesta etapa.

4- Apropriação: Por fim, esta etapa é quando já se nota o claro envolvimento afetivo do estudante com o bem material ou imaterial estudado desde a primeira etapa. Esta etapa permite o alcance dos resultados da aplicação da metodologia. Espera-se que sua consequência direta seja a valorização do bem cultural, que agora passa a conter um reconhecimento histórico no universo cultural do próprio educando. Nesta etapa desenvolve-se também a capacidade de expressão individual e coletiva, rumo uma interação mais significativa de apropriação dialética: proteger e valorar o bem equivale a proteger e valorar a própria comunidade de pertencimento deste.

Baseados nesta metodologia, os trabalhos apresentados visam práticas de valorização do patrimônio, desenvolvidas pelos autores dos artigos, visitando diferentes temas e lugares. Em alguns deles, a título de exemplo, temos a interação comunicativa de trabalhos com estudantes do ensino fundamental. Trata-se do artigo denominado *A Inserção dos Conteúdos de Educação Patrimonial e Arqueologia no Ensino Fundamental no Município de Seara, SC*, no qual o leitor desfaz a premissa usual de que os conhecimentos arqueológicos não são acessíveis às crianças dessa faixa etária. Alguns dos capítulos

descrevem outros tipos de atividades. Por exemplo, enfatizam práticas de pesquisa em campo, como o capítulo 2, intitulado *Educação Patrimonial e a Pesquisa Arqueológica do sítio Casa de David Canabarro em Santana do Livramento, RS*. Nele constatamos que a visita educativa a experiência de envolvimento das comunidades próximas são desafios de divulgação científica que muito colaboram com a gestão patrimonial do sítio.

É perceptível tanto nas pesquisas realizadas como nos trabalhos desenvolvidos pelas e com as escolas, que os autores sustentam a preocupação de tornar tais práticas interessantes e extremamente dinâmicas a quem participa. Uma das atividades que merece destaque é a que envolveu turma de 5ª série de Ensino Fundamental Escola Núcleo Deolindo Zílio (escola da rede municipal, localizada no município de Seara, SC, no ano de 2004). A autora do texto descreve detalhadamente como realizou sua prática com os estudantes. Primeiramente, ela levou os estudantes até o pátio da escola e orientou que estes vasculhassem o entorno do edifício. Pediu que recolhessem qualquer tipo de objeto encontrado para ser utilizado no trabalho posterior. Em seguida, levou os estudantes de volta a sala de aula e os instruiu a questionarem se poderia haver história no “lixo”, os estudantes orientados pela professora começaram a levantar questões sobre origem, finalidade, enfim, o porquê de ter sido descartado todo aquele material, além da composição e utilidade dos objetos encontrados.

Durante a etapa posterior a isso, os estudantes deveriam documentar o que foi apreendido e buscar mais informações em outras fontes, conforme a metodologia Horta de Educação Patrimonial. Após esta coleta de dados, os estudantes criaram um painel onde expuseram os objetos, segundo Tumelero (2007, p.98) “somente a partir da apropriação, da internalização desse “lixo” como “seu” patrimônio, produto cultural do presente é que as comunidades passarão a dar um destino adequado a ele”. Tal etapa correspondeu a fase de apropriação, demonstrando que o trabalho metodológico da formação em patrimônio é em si um momento de avaliação tanto escolar como socioambiental.

Assim sendo, a obra *Educação Patrimonial: Teoria e Prática* fomenta a leitura de experiências cotidianas, suficientemente embasadas no desafio contemporâneo da questão patrimonial. Ajuda-nos perceber que atividades educativas desse porte não podem estar ausentes da escola, pois na sociedade instável, globalizada e consumista são cada vez mais necessários trabalhos voltados à valorização do patrimônio e dos bens culturais. Os trabalhos que são descritos na obra são ótimos alicerces para o docente que se interessa pelo tema, pois são práticas que obtiveram ótimos resultados em ações interdisciplinares criativas; bem na linha e na linguagem que a Educação Patrimonial requer.

PATRIMÔNIO CULTURAL: CONSCIÊNCIA E PRESERVAÇÃO [PELEGRINI, Sandra C.A São Paulo, Editora Brasiliense, 2009]

O livro *Patrimônio cultural: consciência e preservação*, diferentemente da obra anterior, é de autoria da pesquisadora Sandra Pelegrini, tendo uma linguagem objetiva e fluente, apresentando aos educadores novos instrumentos pedagógicos que possam auxiliar aos professores nas diversas áreas do ensino. A ideia é que os alunos alcancem o conhecimento da preservação do patrimônio cultural no ensino fundamental, médio e profissional em sala de aula, para que se tornem agentes de valorização e reconhecimento coletivo das manifestações culturais, na região onde vivem. Com isso as escolas tem papel fundamental de completar o que as crianças já aprenderam na convivência familiar.

A Educação Patrimonial teve um incentivo direto da legislação maior do país. No caso a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9394/96), o Art. 26 enfatiza que a parte diversificada dos currículos do ensino básico deve observar as características regionais e locais da cultura da sociedade, onde podemos construir propostas voltadas para o ensino. Utilizar os bens e com isso divulgar os acervos culturais dos estados e municípios do país.

Já nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) inovaram significativamente com a interdisciplinaridade na Educação Básica. Apontaram dois campos temáticos para o estudo do Patrimônio Histórico. Por conta disso, abriram espaço a alguns projetos de Educação Patrimonial tanto no que diz respeito ao Meio Ambiente e a Pluralidade Cultural. Espera-se que Patrimônio Cultural mostre caminhos para que os estudantes possam “reviver” o passado, contextualizando-o nos valores presentes. O que amplia as possibilidades de envolvimento do futuro dessas gerações neste mesmo processo de significação e identificação.

Em exemplo disto, ditados populares deixam de ser vistos como frases banais e ganham o status de manifestações culturais. Temos a incorporação cordéis como literatura tão cara ao povo nordestino. Na condição de recurso didático, além de patrimonial, os professores podem realizar em sala de aula oficinas de formação literária interagindo com muitas áreas curriculares. Isso fomenta nos estudantes um novo olhar sob o peso indispensável das tradições, sem dispensar as facilidades tecnológicas atuais. O trabalho com a imaginação do cordel é educativamente patrimonial na medida em que a linguagem dos ditados e “falares” do povo fomentam entretenimento e conhecimento cultural e científico.

Também as obras de arte, criadas ou avaliadas por sua complexidade artística, podem ser consideradas obras primas. Expressam a excelência e as sensações de quem às pintou. Como os quadros de Portinari na Igreja da Pampulha; ou as formas arquitetônicas que nos fazem imaginar em um trajeto da época colonial à modernidade contemporânea. Lembramos aí das obras de Aleijadinho entre talha; projetos arquitetônicos, relevos e esculturas lapidadas em pedra-sabão. Enfim, um conjunto que desenha o cenário patrimonial de boa parte do estado de Minas Gerais.

Temos também cantigas, danças, jogos, culinária e festas religiosas, que fazem parte de nossa cultura, uma mistura de gênero por conta da nossa miscigenação já que nossa matriz racial é formada por europeus, negros e índios, cada povo desses trouxe consigo costumes, religiões e outras formas de convívio social, fazendo com que nosso país tivesse uma cultura múltipla. Os exemplos continuam nas belezas naturais de nosso país como as praias, cachoeiras, florestas, o cerrado, entre tantas, atraem turistas do mundo todo com o intuito de conviver como bens patrimoniais da biodiversidade.

Entretanto, boa parte das populações locais não tem o mesmo acesso a esses bens, limitando o amadurecimento sobre o quanto eles devem ser valorizados. Mesmo assim esses elementos geográficos permitem ao professor a utilização de tais temas, fazendo um trabalho de campo para relatar alguns patrimônios ambientais, ou apresentar algum vídeo curto que mostre à importância de preservar. Lembra a autora:

Por essa razão, agentes sociais distintos, profissionais das mais diversas áreas do conhecimento e admiradores dos múltiplos ‘tesouros da humanidade’ se movimentam para garantir a salvaguarda de paisagens naturais e culturais, das festas profanas e religiosas, dos vestígios arqueológicos, das obras de arte, dos monumentos e bens culturais imateriais. (PELEGRI, 2009, p.14)

Neste livro a autora mostrou uma reflexão sobre a temática de patrimônio no ensino médio, fundamental e profissional para a utilização de diferentes fontes na pesquisa. Trabalho este que envolve educadores, estudantes e comunidades, na proteção dos patrimônios culturais e naturais que estão diretamente em nosso dia a dia ou a nossa volta. Mas que não costumamos dar devida atenção, apesar de se tentar valorizar as tradições orais, ofícios e saberes de onde estas pessoas vivem apenas nos discursos sem prática educativa.

Na sequência do livro, a autora traz dicas de atividades pedagógicas que envolvem tipos de patrimônios. Meios com os quais professor possa colocar nos seus planos de aulas atividades viáveis e envolventes. Sugere um “passo a passo” de como pode ser organizado como a temática abordada, veículo, suporte, produção, acervo, conteúdo, palavras-chave e o objetivo da aula. A sequência de atividades e seus temas seguem abaixo:

A primeira atividade é sobre as *Fontes audiovisuais e a temática do patrimônio*; a segunda é sobre *Fontes textuais: a problemática da palavra escrita*; a terceira trata *Os registros fotográficos e a memória social*; a quarta é a *Percepção da matéria jornalística: “Patrimônio de aluguel”*; a quinta fala sobre *O jornalismo e as questões atuais: “ações do homem levam a mudanças climáticas”*; na sexta encontramos *A redescoberta do patrimônio artístico local*; a sétima discute *Os bens culturais imateriais da Festa do Círio de Nazaré, na cidade de Belém do Pará*; e na última estuda-se *O patrimônio imaterial e os segredos da culinária*.

A atividade três vai ser diferenciada, pois ela não vai utilizar aquela sequência citada acima. Procura explicar como o professor pode aplicar essa atividade, partindo do tema central “fotografia”. O ato de observar a foto faz referência à memória individual ou coletiva, se trata de registros de momento de celebração de aniversário da cidade ou festejos. Explora também a atitude de ler uma foto que registra personagens familiares ou paisagens e suas temporalidades.

Essa atividade didática pode vir acompanhada de trechos de cantigas, artigos de revistas e jornais, tiras ou charges. Evoca, contudo, o auxílio permanente do professor em aula. No caso do livro, foram usados dois textos geradores: “Patrimônio de aluguel” e “Ações do homem levam a mudanças climáticas”. Na atividade cinco, também foi utilizado um texto gerador extraído da Constituição Federal de 1988, título VIII – Da ordem social, capítulo III – Da educação, da cultura e do desporto – Artigos 215 e 216.

Essas oito atividades didáticas ligadas à temática do patrimônio podem levar a objetivos mais amplos, como mobilizar os estudantes a conservar a cultura e a natureza das comunidades em geral. Tendo uma retomada de valores religiosos e estimular a autoestima de algumas culturas, mantendo o respeito à natureza e as diferentes formas de expressão.

A autora deu dicas de três dinâmicas que ela chama de exercícios lúdicos. No primeiro são utilizados os anagramas e os bens culturais, essa atividade pode ser feita pelos próprios alunos ou professores. Devem colocar nos anagramas, os nomes de peças artesanais, monumentos, obras de artes, festas religiosas entre outros nomes de patrimônios culturais. No segundo, aparece um exercício de caça-palavra voltado aos equipamentos do centro histórico e parques nacionais. Já no terceiro é utilizado um vídeo de 100 minutos intitulado *Narradores de Javé* e requer uma organização prévia e cuidados na hora da excussão. Sempre citando os acervos e as fontes das pesquisas aos participantes.

Sandra Pelegrinni lembra que em alguns países da América Latina e Caribe existem muitos desafios nesta perspectiva educacional. Desde a década de 1990, novos sistemas buscaram de suprir as carências do setor, com a criação de museus e a revitalização de

centros históricos. No Brasil a área de patrimônio foi promulgada no ano de 1934 no governo Vargas com a Constituição da República, onde é papel do Estado proteger os bens culturais e naturais, impedindo a evasão de obras de arte do território nacional. Na constituição de 1937 tornaram-se decisivas às pautas em defesa do patrimônio brasileiro. O ano ditatorial também marca o início dos processos de tombamentos monumentais no país.

Na década de 1940 começaram iniciativas isoladas de educação na área do patrimônio; e no ano 1967, o então Ministério da Educação declarou como competência do magistério o âmbito da cultura, os conhecimentos de arqueologia, de patrimônio histórico, científico e artístico, por intermédio do Decreto-Lei nº 200, de 25/2/1967. A criação do Ministério da Cultura, tempos depois não rompeu o comprometimento integrado das duas áreas. Vários centros históricos são tombados pelo Iphan no decorrer dessas décadas, como São Luís (MA), Ouro Preto (MG) e Olinda (PE). O que educativamente fomentou atividades extracurriculares e interdisciplinares para os referenciais culturais no âmbito regional e nacional.

Entretanto, as melhorias e preocupações com os bens patrimoniais, não promoveram, conforme a autora, uma devida sistematização das etapas de uma Educação Patrimonial nas matrizes curriculares obrigatórias do Ensino Básico. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDBEN de 20/12/1996, embora afirme que caiba a Educação Superior divulgar os conhecimentos culturais, técnicos e científicos da sociedade brasileira, não direciona um meio mais incisivo para traduzir essa divulgação em conteúdos elementares.

Nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), surgiram referências à inclusão da Educação Patrimonial na amplitude de várias áreas dedicadas à cultura e ao meio ambiente; campos temáticos diretamente vinculados aos Programas básicos de Geografia e a História. Com o aperfeiçoamento dos currículos e os novos desafios tecnológicos, o uso sistemático das aulas de campo – em centros históricos, por exemplo - incluem esta perspectiva educacional, na forma de oficinas de restauração entre diversas outras atividades de orientação.

Neste livro, a autora explora, portanto um conjunto de possibilidades metodológicas sem abdicar de uma visão crítica a respeito da operacionalidade de todas essas temáticas. Sugere ainda a proposição de exercícios, atividades lúdicas e afazeres complementares; bem como a utilização de materiais audiovisuais e também textos produzidos, para facilitar na aprendizagem do tema no dia-a-dia na sala de aula. Com isso Pelegrini sugeriu algumas leituras, acesso a documentos, filmes e sites, para que o professor, alunos ou outras pessoas que tenha interesse no assunto, possam consultar obras sobre patrimônio. Em destaque aparecem *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*, de Regina Abreu e Mário Chagas (Rio de Janeiro: DP&A, 2003); e *O patrimônio histórico e cultural*, de Pedro Paulo Funari e Sandra Pelegrini (Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2006), entre outras.

Não deixou de aparecer em relevo à preocupação em caracterizar as formas e processo do registro de bens do patrimônio imaterial. Aqui é feito destaque para a obra intitulada *Os sambas, as rodas, os bumba-meu-boi: a trajetória da salvaguarda dos bens imateriais no Brasil* (1936-2006), publicado pelo Iphan (2006).

Esse livro dá muitas dicas de como trabalhar o tema Patrimônio Cultural, como os bens patrimoniais materiais (Brasília, Olinda e Ouro preto), os imateriais (Frevo, Capoeira, Samba) e os naturais (Fernando de Noronha, Pantanal) podem ser utilizados em sala de aula, propondo diversas atividades e esclarecendo também para o leitor o que é patrimônio cultural e também sua importância para o cotidiano de toda a sociedade, onde e como

podemos mostrar aos educandos a importância dos bens patrimoniais e a sua relevância para a preservação para si e às gerações futuras.

E O PATRIMÔNIO? [DODEBEI, Ver e ABREU, Regina (orgs). Rio de Janeiro: Editora Contra Capa, 2008

A temática da obra a ser discutida traz a luz uma temática pouco comentada e exercida entre os profissionais do âmbito escolar, a Educação Patrimonial. Esta é reconhecida através dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), em um tópico direcionado a esta prática educativa (LDB, Nº 9394/96 Art.24), que diz:

Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos.

Mesmo com estas delimitações, não temos de fato uma educação formal voltada a tal prática, dependendo mais da vontade de cada professor do que propriamente de um dever profissional, ou seja, uma educação informal.

A obra “*E o Patrimônio?*” se mostra auxiliadora ao docente neste campo temático, pois é produto de anos de análises de alguns estudiosos da linha de pesquisa Memória e Patrimônio, vinculada esta ao Programa de Pós-graduação em Memória Social da UNIRIO, onde tal produção se preocupa em apresentar as multifaces do patrimônio no século XXI, de como este é tratado e apresentado na atualidade. Uma obra estritamente bem organizada e preocupada com a relevância do patrimônio, preocupações estas não apenas em um âmbito, mas nas mais diversas formas e propriedades que este pode assumir.

A obra não fala diretamente sobre o ambiente educacional como meio de propagação dos conhecimentos a cerca de patrimônio, mas tentaremos abrir alguns parênteses em busca de direcionamento para este campo, sendo ele um dos melhores ambientes de disseminação.

No decorrer dos anos inúmeras posições foram tomadas a cerca da temática patrimonial, a conceituação se modificou e ainda perpassa por modificações, agregando valores e responsabilidades. Com a leitura do livro, novos horizontes são abertos propiciando várias reflexões, desde recortes históricos do desenvolvimento desta temática até a utilização das novas tecnologias como meio de “preservação” do que incumbe esse eixo.

Vera Dodebei, uma das autoras, procura afirmar a possibilidade da utilização do ambiente virtual, revendo conceitos e trabalhando com os leitores as formas de transmissão do saber. Explora também a história da patrimonialização mundial e brasileira dos bens materiais e imateriais, que traz a tona um esclarecimento aos docentes a cerca da temática.

O meio virtual, que é trabalhado pela a autora, serve como um vasto campo informacional capaz de colaborar na salvaguarda os bens patrimoniais, a fim de que estes não se limitem aos valores e acesso dos que estão próximos. A virtualidade, portanto,

instrumentaliza a percepção e o acesso às informações junto a outras escalas de público envolvido. Neste sentido, a imagem do bem patrimonial já pode ser alcançada na mais diversa distância turística.

A tarefa de inserção desta temática no meio educacional é um tanto árdua, pois cabe aos professores aprimorar-se continuamente, para não cair no erro de se dar maior valor a apenas determinados bens. Muitas vezes o próprio livro didático fomenta a homogeneização das culturas por parte deste hábito de se colocar algo como mais valioso que outro. A preocupação inicial no ambiente escolar, em contrapartida, poderia ser o de percepção das inúmeras subjetividades e maneiras de expressar sua cultura por parte dos sujeitos que ali se manifestam. O que necessita reconhecer em práticas, costumes e lugares, não “típicos” nem “monumentais” um princípio indispensável de valorização patrimonial.

Várias perspectivas são criadas através de embasamentos teóricos com o livro. Uma delas com o capítulo *Patrimônios etnográficos e museus: uma visão antropológica* é a utilização dos museus como forma didática, porém na atualidade, por conta do avanço tecnológico e seu grande acervo informacional no ambiente virtual. Constata-se um esvaziamento contínuo dos museus, em função da relativa perda de identidade dos mesmos. Visitas ao museu traz um contato com a diversidade, retirando um pouco àquela homogeneização (que recai sobre os alunos cada dia mais), proporcionando uma realidade plural, e priorizando o respeito, o cuidado, a preservação, a valorização entre outros inúmeros benefícios que a realidade (mesmo “fictícia”) traz a mente dos alunos.

Algo bastante comentado no capítulo *Patrimônio, língua e narrativa oral* é que podemos reconhecer na oralidade das tradições discursiva um bem patrimonial caracterizador da identidade coletiva; uma memória social muitas vezes ignorada ou esquecida. É recorrente, se não o preconceito da afirmação escolar que o Brasil seja um país monolíngue. Ainda que o peso constitucional reforce isso, mais de 200 línguas indígenas são faladas no país. Ou seja, temos um país plural na narrativa oral, cujo é desconhecido pela própria nação, onde para muitos a língua nacional é exclusivamente o português. Notadamente se percebe a relevância da necessidade de mudança na realidade da educação dos brasileiros, trazendo a estes um conhecimento pelo menos mínimo da multiplicidade do nosso país.

Outro instrumental a ser utilizados nas escolas, como ponte ao conhecimento patrimonial é a utilização da imagem como recurso didático, pois a mesma retrata representações desconhecidas permitindo uma maior compreensão. Não importa a época vivenciada, é por meio de um contexto imagético que nos envolvemos que conhecemos que partilhamos que respeitamos o “novo”, o “desconhecido” agora conhecido e difundido, através do conhecimento do olhar.

Uma imagem-objeto, além de apresentar diversas significações, possibilita-nos entendê-la como testemunho e como documento, uma vez se legitima como autoridade ao “dizer” sobre uma determinada abordagem sócio histórica. Algumas delas ainda são responsáveis por nos inserir em uma cultura informacional, mostrando as formas de leitura e apropriação dos sujeitos e grupos, sobre a realidade. O interessante que através dessa linguagem visual temos a construção e/ou reconstrução das mais diversas subjetividades.

Portanto, a leitura desta obra – articulada ao estudo dos demais títulos envolvidos nesta resenha – no permite concluir que o papel fundamental da Educação Patrimonial, desde as séries iniciais, corresponde a um vigoroso investimento formação de seis colunas estruturantes na aprendizagem do espaço cultural: pluralidade, diversidade, conhecimento, preservação, identidade e pertencimento. A escola se coloca então como um dos principais meios de trabalhar o Patrimônio, mas pouco se conhece a respeito dessas potencialidades que ele contém. É através destas obras desse porte que tomamos conhecimento de como podemos avançar; e quais procedimentos devemos evitar para não reduzir o patrimônio cultural a um lugar comum. De “comum” o que nos interessa é apenas seu valor, sempre universal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>. Acesso em: 10 de agosto de 2013.
- DODEBEI, Vera e ABREU, Regina (orgs). **E o patrimônio?** Rio de Janeiro: Editora Contra Capa, 2008
- PELEGRINI, Sandra C.A. **Patrimônio Cultural**: consciência e preservação, São Paulo, Editora Brasiliense, 135 p., 2009.
- SOARES, A. L. R.; KIAMT, S. C. (orgs.) **Educação Patrimonial**: Teoria e Prática: Santa Maria: Editora UFSM, 2008
- OLIVEIRA, C. D. M. de. **Sentidos da Geografia Escolar**. Fortaleza: EDUFC, 2010.